

Funcionalismo poderá ficar sem pagamento em fevereiro

O Governo não vai ter recursos para cobrir a folha de pagamento dos funcionários públicos federais em fevereiro. A previsão é do ministro-chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, ao comentar a versão final do Orçamento Geral da União para 1990, enviada ontem pelo Congresso Nacional ao Poder Executivo. A maior parte do orçamento, na verdade, vai ser executada pelo governo do presidente eleito Fernando Collor de Mello.

Em consequência do limite de gastos impostos pelo Congresso Nacional ao aprovar o orçamento no final do ano passado, o Governo só pode gastar um sétimo da Lei Orçamentária com a folha do funcionalismo, o que hoje representa NCz\$ 449,4 milhões. Mas a folha vai superar esse valor, segundo o ministro Ponte, sem fornecer o valor exato. Para entrar em vigor em definitivo, o orçamento depende da sanção do presidente Sarney, o que pode acontecer ainda hoje.

MEDIDAS

Para pagar a folha do próximo mês, a área econômica do Governo vem estudando um mecanismo para escapar da rigidez da Lei Orçamentária, que, apesar de Ponte também não revelar, ele espera ser aprovada pelo Congresso. Seja como for, o presidente Sarney ainda tem direito de propor vetos quando sancionar o orçamento. É para isso que Luís Roberto Ponte manterá reunião hoje, quando deverão ser decididos os vetos a serem levados ao Presidente.

Os vetos parciais estão sendo propostos pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Batista de Abreu. Ele está com a parte do projeto que trata dos projetos especiais. Como a Unidade de Referência Orçamentária (URO), que é o índice de correção do orçamento, estabelece que a correção será feita em apenas 90 por cento da inflação, o Poder Legislativo resolveu ficar com os dez por cento, para investimentos especiais.

O ministro Ponte acha que o projeto não deve ser vetado, argumentando que a "vontade" do Congresso Nacional deve ser respeitada. Para ele, vetar o projeto significa fazer um "enfrentamento desnecessário". Sarney, segundo Ponte, também deseja respeitar a posição do Poder Legislati-

vo. Mas o ministro João Batista de Abreu não pensa dessa forma.

O orçamento demorou mais de um mês para ser reordenado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da Seplan, depois das quatro mil emendas aprovadas pelos parlamentares no dia 14 de dezembro.

A SOF atualizou os valores do projeto da Lei Orçamentária apresentada pelo Poder Executivo no ano passado. O Governo poderá gastar este ano em investimentos nas estatais, subvenções sociais, programação especial e nos orçamentos Fiscal e da Previdência Social perfazendo um total de NCz\$ 3,1 trilhões. Desse total mais da metade está comprometida com a rolagem da dívida interna.

Segundo o deputado Cid Carvalho, presidente da Comissão Mista do Orçamento, o presidente José Sarney teria todas as condições para sancionar ou vetar — se fosse o caso — os artigos que julgar necessário. O Executivo acompanhou de perto todo o trabalho realizado pelos técnicos da Seplan para adequação das emendas aprovadas pelo Congresso, por isso, na opinião do presidente da Comissão de Orçamento, "o Presidente tem todos os instrumentos para aprovar e decidir sobre possíveis vetos ainda hoje (ontem)".

INVESTIMENTOS

Comparado com o que precisará gastar para administrar a dívida interna (aproximadamente NCz\$ 1,7 trilhão) o presidente eleito Fernando Collor poderá dispor de muito pouco para fazer as reformas que pretende. O orçamento deste ano prevê uma disponibilidade de receita de apenas NCz\$ 172 bilhões para investimentos nas estatais. Esses valores, para um relativo alívio dos técnicos que trabalharão no próximo governo, serão corrigidos mensalmente através da Unidade de Referência Orçamentária.

O orçamento deste ano, o primeiro a ser alterado pelo Congresso, vem acompanhado de algumas armadilhas para o Poder Executivo. O presidente eleito Fernando Collor poderá, até o dia 31 de julho deste ano, propor alterações no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para redirecionar os gastos do Governo.